

Diplomacia e espionagem em tempos de neutralidade: a missão de Joaquim Xavier Curado nos povoados espanhóis do rio da Prata (1799)

Diplomacy and espionage in times of neutrality: the mission by Joaquim Xavier Curado in the Spanish settlements of the rio da Prata (1799)

Tiago Vinicius Bonhemberger*

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar a missão secreta realizada pelo tenente-coronel Joaquim Xavier Curado no vice-reinado espanhol do rio da Prata, ocorrida no ano de 1799. Essa operação diz respeito a uma sofisticada iniciativa de espionagem que envolveu diversos núcleos da administração portuguesa em sua organização e execução, conectando autoridades subalternas e o alto escalão administrativo do príncipe Dom João à prática de espionagem. Por meio da análise documental, identificamos a ação direta do gabinete do Príncipe Regente que, através do uso de um agente, buscou ter acesso a informações privilegiadas sobre as instalações e forças militares espanholas. Além do mais, observamos que a operação em si demonstrava uma postura dúbia do governo português: a missão que ao mesmo tempo espionava, inseria-se em conjuntura de aproximação efetiva entre o governo português e espanhol em uma camada ainda maior de articulações e segredos que alinhava o governo lisboeta ao seu vizinho ibérico ao mesmo tempo em que o afastava de seu tradicional aliado inglês.

Palavras-chave: Espionagem; império português; Joaquim Xavier Curado.

Abstract

This paper aims to analyze the secret mission carried out by Lieutenant Colonel Joaquim Xavier Curado in the Spanish Viceroyalty of the rio da Prata, which took place in the year 1799. This operation concerns a sophisticated espionage initiative that involved several Portuguese administration levels in its organization and execution, connecting subordinate authorities and the high administrative level of Prince Dom João to the practice of espionage. Through documentary analysis, we identified the direct action of the Prince Regent's office, which, by mobilizing an agent, sought access to privileged information about Spanish military facilities and forces. Furthermore, we observed that the operation itself showed a dubious stance by the Portuguese government: the mission that at the same time was spying, was inserted in the conjuncture of effective approximation between the Portuguese and Spanish government in an even greater layer of articulations and secrets that aligned the Lisbon government with its Iberian neighbor while distancing it from its traditional English ally.

Keywords: Espionage; portuguese empire; Joaquim Xavier Curado.

* E-mail: bonhembergervt@gmail.com.

Considerações iniciais

Por volta das oito horas da noite do dia dez de dezembro de 1799, uma embarcação chegou ao porto da vila Nossa Senhora do Desterro, na Ilha de Santa Catarina. Essa, havia partido dias antes da capital da colônia, a cidade do Rio de Janeiro. A bordo do navio, encontrava-se o tenente-coronel Joaquim Xavier Curado¹, militar português nascido no Brasil que obteve muito prestígio durante os reinados de D. Maria I e de seu filho, D. João (LAGO, 1941, p. 83-84). Seguindo as orientações do vice-rei do Brasil, José Luís de Castro, Conde de Resende, o então governador daquela ilha, José Alberto de Miranda Ribeiro, tratou de tornar a estadia do militar em Desterro a mais breve e secreta possível, conduzindo-o ainda à meia noite do mesmo dia em direção do Continente de Rio Grande de São Pedro (AHU-RJ, cx. 175, doc. 12872 [anexo4]).

A preocupação governamental em manter secreta a passagem de Xavier Curado por Santa Catarina se justifica pelos motivos que levaram esse oficial a região. Cerca de um mês antes, o tenente-coronel Joaquim Xavier Curado, que servia no Primeiro Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro, havia sido convocado para se apresentar ao vice-rei, onde recebeu ordens de adentrar dissimuladamente os territórios espanhóis a margem do rio da Prata. Uma vez em território estrangeiro, Curado tinha alguns objetivos, sendo o principal deles a realização de um levantamento das tropas, embarcações, fortificações, portos e posições de desembarque presentes na região de controle do vice-reinado do rio da Prata. Além disso, possuía instruções para a coleta de qualquer informação que pudesse ser útil aos interesses de sua majestade, para situações presentes ou futuras (AHU-RJ, cx. 175, doc. 12872). Em outras palavras, o militar deveria espionar as instalações espanholas em busca de informações que iam ao encontro dos interesses portugueses.

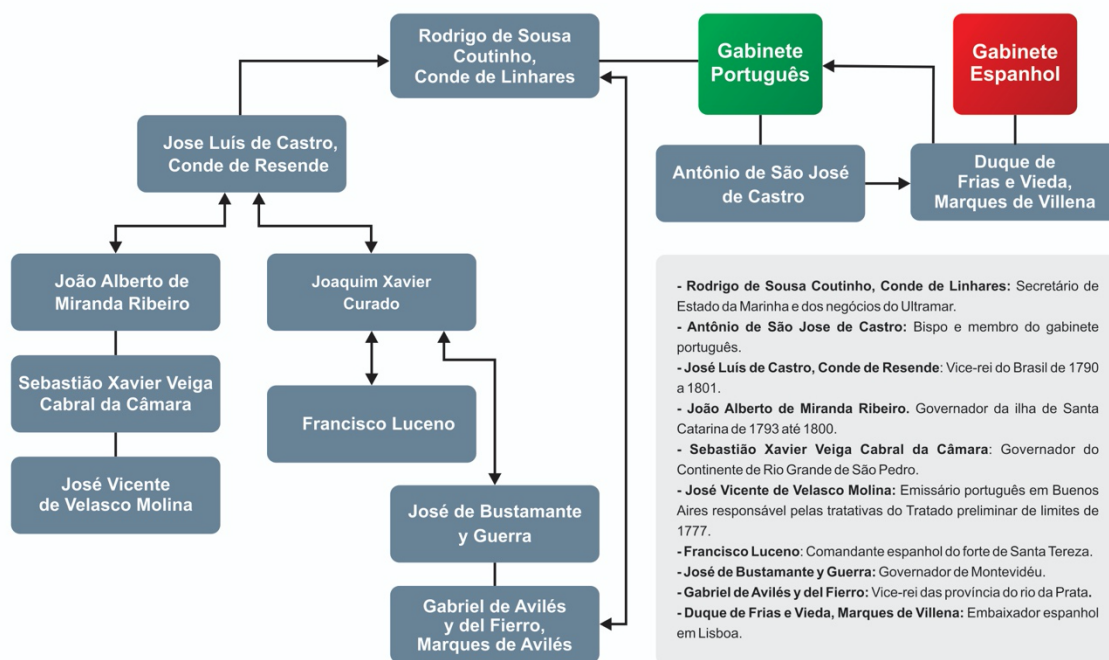
A passagem de Xavier Curado pelo rio da Prata em 1799 não é um fato desconhecido pela historiografia: trabalhos como os elaborados por Francisca Nogueira de Azevedo (2002), Fernando Camargo (2001) e Ronaldo Colvero (2015) fazem referência a ela, sobretudo pelo principal produto dessa missão, um extenso relatório elaborado pelo militar onde foram compilados os dados recolhidos na viagem. Este documento de trinta e seis páginas manuscritas, contém uma impressionante variedade de informações que vão desde comentários a respeito de determinado regimento militar até plantas baixas de fortes e estimativas das populações residentes nas povoações de Maldonado, Montevideú, Colônia do Sacramento e Buenos Aires (BN - C.E.H.B. nº 10.822 / 07,3,020). Em um primeiro contato com esse relatório, uma questão

¹ Segundo Francisca Nogueira de Azevedo (2002), Dom Joaquim Xavier Curado pode ser considerado o primeiro militar nascido no Brasil a alcançar altos postos no exército colonial português. De fato, Xavier Curado dedicou grande parte de suas oito décadas de vida ao serviço militar, sendo muitas vezes agraciado pelos seus feitos. Nascido na freguesia de Meia Ponte, atual Estado de Goiás, ingressou aos dezoito anos no 1º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro, onde permaneceu por quase três décadas. Ao longo de seu tempo de serviço, atuou em diversos projetos promovidos pela Corte portuguesa e, posteriormente, foi figura de destaque durante os primórdios do Império do Brasil. Morreu em 1830, no Rio de Janeiro, tendo chegado a patente de tenente-general do exército e condecorado com o títulos de comendador da Ordem de São Bento de Avis e de conde de São João das Duas Barras.

fundamental surgiu: Como um militar português, em um período de instabilidade nas relações entre os Estados europeus - incluindo Espanha e Portugal - conseguiu vagar livremente por um território pertencente a Espanha? A partir dessa pergunta surgem outras: Por que a missão ocorreu neste período, isto é, de agosto a novembro 1799? Quais autoridades estavam envolvidas? Quais foram os motivos para que Xavier Curado fosse escolhido para essa missão? Qual foi a dinâmica adotada pelo militar para cooptar outros agentes e obter informações?

Em busca das respostas para essas perguntas iniciamos nossa coleta de informações, buscando correspondências trocadas por autoridades portuguesas que citassem essa operação. Encontramos vinte e duas missivas datadas de junho de 1799 a março de 1800 que demonstram a constituição de uma cadeia de comunicação que interconectava diferentes níveis da administração portuguesa e espanhola, partindo do alto escalão e se ramificando entre diferentes autoridades locais. Vejamos a **figura 1**, que expõe o circuito de comunicação estabelecido ao entorno dessa missão e foi construído tendo por base as vinte duas correspondências citadas nessa pesquisa:

Figura 1: Circuito de comunicação estabelecida em torno da missão



Fonte: Quadro elaborado pelo autor.²

As instruções apresentadas a Xavier Curado que serão discutidas mais a frente - e os próprios eixos de comunicação visíveis a partir do mapeamento das missivas que citavam a

² A figura 1 foi elaborada a partir das vinte e uma correspondências coletadas em nossa pesquisa. Essas fontes foram acessadas por meio do projeto *Resgate Barrão do Rio Branco*, seção Rio de Janeiro avulsos (1614-1830).

operação e que estão expostos na **figura 1**, já demonstram que o governo português, partindo de suas esferas governativas mais elevadas, teve contato direto com o exercício da espionagem, só nos resta investigar em que nível ocorreu esta participação.

Primeiramente, como era a espionagem no período moderno e qual a relação dos portugueses com essa prática? Sobre esse primeiro ponto, Noel Malcolm apresentou um quadro interessante a partir das relações entre os Estados europeus e o Império Otomano no mediterrâneo durante o século XVI, pontuando como as informações ocupavam um papel de destaque nas agendas destes Estados, sendo constantemente buscada por eles, e também por particulares, de modo que o:

[...] el Mediterráneo del siglo XVI era un mundo ansioso de noticias, donde la información de tipos muy diversos –sobre precios de mercancías, por ejemplo, o los movimientos de los corsarios– era muy valiosa. La compilación de «avvisi» (avisos, boletines informativos) era una práctica extendida, al servicio tanto de particulares como de los estados. Aunque las cosas que se incluían en estos escritos eran en muchos casos de conocimiento público en su lugar de origen (la caída de un ministro, hambrunas o inundaciones, y otros similares), poseer información fiable sobre estos asuntos, a grandes distancias, era un esfuerzo que merecía hacerse (MALCOLM, 2016, p. 279).

O trabalho de Malcolm demonstra como otomanos, espanhóis, venezianos e genoveses se ocupavam de buscar elementos diversos relacionados ao cotidiano um do outro, ou informações mais complexas e restritas a determinados círculos, fazendo uso inclusive da espionagem, o que dependia em grande medida das intenções do momento e do próprio agente que coletava a informação. Essas práticas faziam parte dos mecanismos de ação desses Estados, que utilizavam dessa ferramenta para auxiliar durante a tomada de decisão. Isso não era diferente no império português. Pedro Cardim (CARDIM, 2005, p.96), ao analisar o uso das correspondências políticas por oficiais diplomáticos de Portugal no século XVII, menciona o uso extensivo por parte desses agentes de subornos e espiões para buscar toda informação que estava em seu alcance. Segundo o autor, referindo-se as palavras do jurista português Cristóvão Soares de Abreu, as únicas matérias que um diplomata não deveria esquecer era a espionagem e o correio, “*não perdoando a gastos de espías e correos porque muytas vezes acontece, que hum aviso paga*”.

Além de difusa entre a alta burocracia portuguesa e europeia, essas práticas de coleta e classificação de informações também eram executadas nos espaços coloniais dos impérios. Adriano Comissoli (2018), lança luz ao universo da espionagem no Atlântico sul português, demonstrando como essa atividade era comum na região de fronteira junto a bacia do rio da Prata, sendo ela financiada e incentivada pelas autoridades do Continente de Rio Grande de São Pedro para auxiliá-los em suas tomadas de decisões. A utilização de agentes ou espiões é também citada por Tamar Herzog (2018, p. 67-68) ao dissertar a respeito das condições sobre as reivindicações de posse dos territórios na América. A autora cita a existência suficientemente comum de agentes secretos que eram utilizados por Portugal para terem acesso a informações confidenciais dentro de “Buenos Aires, Montevideú, e outras partes pertencentes a Espanha”.

Nesta perspectiva, podemos inserir a missão de Joaquim Xavier Curado dentro de um quadro muito mais amplo, no qual a espionagem era uma prática comum no universo de relações entre os Estados europeus e das autoridades ultramarinas. A própria posição hierárquica ocupada pelo militar e a identificação de determinados indivíduos diretamente ligados ao cerne da missão, como o secretário de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, nos fez perceber que a operação se enquadra como um modelo bastante exemplar de uma política já consolidada pelas autoridades lusitanas³.

Tento em vista todas essas observações, analisaremos essa missão, buscando entender como o governo central português articulou as práticas de espionagem, levando em consideração a instabilidade internacional dos Estados europeus, no período que marca a transição do século XVIII para o XIX. Cabe ressaltar que, o resultado dessa pesquisa foi primeiramente apresentado em nosso trabalho de conclusão de curso, defendido no ano de 2018. Aqui, utilizamos as concepções previamente discutidas, incorporando novas fontes e entendimentos adquiridos ao fim da conclusão da monografia.

Organizamos o artigo em duas partes. Inicialmente, nos ocuparemos de identificar os motivos que levaram Portugal a empreender essa operação de espionagem, inserindo-os no contexto internacional desse período. Na segunda parte, analisaremos como a missão foi realizada, apontando as suas características e os mecanismos utilizados por Joaquim Xavier Curado em seu cumprimento.

Neutros, não inertes: tratativas diplomáticas e espionagem na passagem do século XVIII para o XIX

A primeira citação documental a respeito da missão de Joaquim Xavier Curado encontrada em nossa pesquisa, data de 22 de setembro de 1799 e diz respeito a uma correspondência escrita pelo vice-rei do Rio de Janeiro, Conde de Resende, ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (AHU-RJ, cx. 175, doc. 12872). Esta correspondência é esclarecedora não apenas pelas informações contidas em suas linhas, mas também pelo número de missivas anexadas.

Em um desses anexos, encontra-se outro documento, datado de 11 de junho do mesmo ano, na qual o Conde de Resende escreve ao seu superior em Lisboa para prestar esclarecimentos das ações tomadas por ele a respeito da solicitação de janeiro do mesmo ano. O vice-rei fora orientado a nomear um emissário especial que deveria se dirigir até Buenos Aires e povoados próximos para avaliar se os espanhóis daquela região estavam aguardando, ou não, a chegada de uma esquadra castelhana que teria deixado a Europa em direção ao Prata (AHU-RJ, cx. 175, doc. 12872 [anexo 2]). A preocupação do governo português é justificada pelo andamento de uma tratativa diplomática entre as Cortes ibéricas. Segundo as informações

³ A própria participação de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho e de seus familiares em operações ocultas de espionagem já foi citada por trabalhos anteriores, com destaque ao trabalho de Nívia Pombo (2013) e de Adriano Comissoli (2021).

presentes nessa correspondência, o governo português, representado naquele momento pelo Príncipe Dom João, havia atendido um pedido espanhol, fazendo um empréstimo de duas embarcações, uma fragata e uma nau de linha portuguesas, à época ancoradas no porto do Rio de Janeiro. Essas embarcações teriam o objetivo de realizar o transporte de uma quantidade de cabedais — possivelmente prata — pertencentes a Sua Majestade Católica do rio da Prata até Lisboa, onde eles seriam encaminhados por terra até o território espanhol⁴.

Entretanto, chegou até as autoridades portuguesas a informação de que uma esquadra espanhola teria deixado o porto da cidade de Cádiz em direção àquele estuário. Essa situação mudou a interpretação portuguesa, já que a partir desse fato novo, o gabinete do Príncipe Regente passou a desconfiar que o pedido de empréstimo poderia ser, na verdade, uma artimanha espanhola para desguarnecer o porto do Rio de Janeiro. Como garantia, D. João ordenou ao vice-rei do Brasil que nomeasse um emissário que, dissimuladamente, deveria ir até a região do rio da Prata e avaliar se os espanhóis estavam ou não aguardando a dita esquadra. O emissário escolhido para essa missão foi Joaquim Xavier Curado.

De todo modo, somente o pedido espanhol e o aceite português são fatos que nos chamaram a atenção. É consolidada a percepção de que as Cortes Ibéricas possuíam uma grande rivalidade entre si desde o período em que eram potências hegemônicas, algo que permaneceu mesmo quando se tornaram potências de segunda grandeza⁵. Na transição do século XVIII para o XIX, a situação não era diferente, uma vez que, por uma série de posicionamentos diplomáticos construídos ao longo dos séculos, os reinos de Portugal e Espanha estavam alinhados a uma geopolítica internacional que os colocavam em rota de colisão.

Na medida em que os reinos Ibéricos viram seu poder econômico e político se reduzir, foram obrigados a estabelecer fortes laços com as potências do norte da Europa, a fim de garantir tanto as suas respectivas independências, quanto controle sobre suas colônias. Portugal, desde a Guerra da Restauração (1640-1668), acabou por reafirmar seus laços com a monarquia inglesa, aliança esta, que segundo alguns autores, remonta desde a formação do Estado

⁴ Narrativa construída a partir de informações contidas em: AHU-RJ, cx. 175, doc. 12872 (anexo 1) - Ofício enviado pelo vice-rei do Brasil José Luís de Castro ao Secretario D. Rodrigo de Souza Coutinho, datado de 11 de junho de 1799. Documento anexado a um ofício de 22 de setembro de 1799 enviado pelo vice-rei do Brasil José Luís de Castro ao Secretario D. Rodrigo de Souza Coutinho; e AHU-RJ, cx. 175, doc. 12872 (anexo) – Ofício enviado pelo Vice-rei do Brasil, José Luís de Castro, ao Vice-rei do rio da Prata, Marques de Áviles. Documento anexado a ofício de 22 de setembro de 1799 enviado pelo vice-rei do Brasil José Luís de Castro ao Secretario D. Rodrigo de Souza Coutinho.

⁵ Esta denominação segue a linha de raciocínio de Fernando Novais (1981), que divide o status políticos dos Estados Ibéricos em dois momentos. Um inicial, o de “potências hegemônicas”, que dá conta do período em que esses Estados gozavam dos privilégios decorrentes do pioneirismo do comércio atlântico e da exploração colonial, marcas do século XVI, e um segundo momento, o de “potências de segunda grandeza”, que diz respeito ao momento, a partir do século XVII, no qual os ibéricos perdem sua hegemonia na exploração e no comércio ultramarino para as denominadas “Novas Potências”, - Inglaterra, França e Províncias Unidas dos Países Baixos – que deixam de participar desse comércio somente por ataques diretos aos sistemas montados por Portugal e Espanha e passam a estabelecer seus próprios estabelecimentos coloniais.

Português. No caso dos espanhóis, esses aproximaram-se gradativamente da França, com a qual seus elos fortaleceram-se a partir do término da Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714), quando ascende ao trono espanhol Filipe V da casa de Bourbon, neto do poderoso rei francês, Luís XIV (NOVAIS, 1981). No final do XVIII, a Europa estava polarizada entre a França e a Inglaterra, em que a primeira, com sua poderosa marinha comercial e de guerra, possuía grande influência no comércio atlântico, e a segunda, impunha-se como uma potência continental, alicerçada em seus exércitos. Em razão das diversas disputas territoriais e por zonas de influência, vários conflitos eclodiram entre ambos os Estados e, a cada novo choque, seus aliados eram convocados a se envolverem nas belicosidades. A partir da experiência revolucionária francesa, os embates se intensificaram. A Inglaterra articulou uma série de coalizões que visaram neutralizar a rival, originando um ciclo de guerras que se estendeu de 1792 a 1815.

No ano de 1799, quando ocorre a missão de Joaquim Xavier Curado, Portugal e Espanha passavam por um período de aproximação, mas não livre de desconfiança. Desde a ascensão de Dona Maria I (1777-1816), ambas as Cortes ensaiavam acercamentos como o próprio casamento do príncipe português Dom João com Dona Carlota Joaquina, irmã do infante espanhol, e a participação conjunta das forças ibéricas contra o exército revolucionário francês na Campanha do Rossilhão (1793-1795). Porém, no âmbito internacional, a balança de poder novamente tendia ao desequilíbrio e a guerra. Os castelhanos estavam, no final do século XVIII, envolvidos na guerra da Segunda Coalização (1798-1802) ao lado dos franceses contra a Inglaterra. Já os portugueses, desde 1792 liderados pelo Príncipe Regente, mantinham a neutralidade ao mesmo tempo em que sofriam diversas pressões tanto da Inglaterra quanto dos espanhóis para tomar posição em um dos lados do conflito.

Segundo Oliveira Marques (1984), ao liderar o governo em nome de sua mãe, o Príncipe D. João manteve a dubiedade diplomática estabelecida por Isabel I. Porém, quando observamos o período regencial em sua totalidade, percebemos que havia forte interesse por parte da Corte lusitana em manter ativas as antigas pretensões de ampliação territoriais na América portuguesa, mesmo se isso significasse um rompimento com os espanhóis⁶. Estes desejos se afloraram ainda mais com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil:

[...] as investidas do príncipe regente, alimentadas pelas assertivas do conde de Linhares, caracterizam uma nova etapa das relações mantidas entre a Coroa portuguesa e os vice-reinados espanhóis na América. As correspondências trocadas desde o início de 1808 foram a “ponta do *iceberg*” que se pronunciava sobre o Vice-Reinado do Rio da Prata. A partir desse momento, e apesar de alguns reveses,

⁶ Durante todo o correr do período colonial, Portugueses e Espanhóis se envolveram em numerosas disputas demarcatórias a respeito dos domínios e povoações no Atlântico, principalmente no sul da América portuguesa. Mais informações a respeito destes conflitos podem ser encontradas nas obras: CAMARGO, Fernando. O Malón de 1801. A Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional. Passo Fundo: Clio, 2001; KÜHN, Fábio. Breve história do Rio Grande do Sul. 4 ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011; KÜHN, Fábio; COMISSOLI, Adriano. Administração na América portuguesa: a expansão as fronteiras meridionais do império (1680-1808). Revista de História, n. 169, p. 53-81. jun/dez 2013.

Portugal se lançaria decididamente à conquista de novos territórios na América Meridional (COLVERO, 2011, p. 307).

Estas duas compreensões nos aproximam da ideia que as ações do príncipe Regente poderiam conter um caráter de dualidade: manter uma aproximação com seu vizinho europeu e americano e, por outro lado, não abrir mão de ações que poderiam proporcionar a ampliação de seus domínios. A missão de Joaquim Xavier Curado demonstra exatamente isso. D. João optou em se aproximar dos espanhóis, aceitando o empréstimo das embarcações, mas tomou uma medida de precaução ao primeiro sinal de desconfiança, enviando Joaquim Xavier Curado em missão.

Uma vez esclarecidos os elementos que conformavam as intenções portuguesas, resta ainda refletirmos a respeito das motivações que levaram os espanhóis a solicitar embarcações portuguesas, uma vez que era conhecida a existência de diversas outras de bandeira espanhola atracadas na bacia do rio da Prata. Para entendermos esse fator, devemos avançar a análise, adentrando nas descrições realizadas por Xavier Curado em seu relatório.

O documento é dividido em cinco tópicos nos quais o oficial descreve as informações coletadas durante a sua viagem, que durou de agosto a novembro de 1799. Cada uma dessas seções, refere-se as quatro povoações por onde ele transitou — Maldonado, Montevideu, Buenos Aires e Colônia do Sacramento, mais o forte de Santa Teresa no atual Uruguai. Na seção destinada a Buenos Aires, o militar descreve a existência de um peculiar mecanismo de defesa castelhano. Ele o cita da seguinte forma:

O capitão de companhia de infantaria que ficou nesta cidade em que já falei não está encarregado de outro algum serviço a mais do que estar pronto a marchar para o interior da campanha do sul com todos cabedais pertencentes a Sua Majestade Católica logo que de São Fernando chegue notícia que se avistaram ao mar do rio da Prata embarcações inglesas, para cujo fim tem a sua ordem suficiente número de cavalos, para poder com facilidade transportar o seu encargo e chegar a qualquer das cidades do interior da campanha (BN - C.E.H.B. nº 10.822 / 07,3,020).

Dito isso, fica exposta a existência de um protocolo de segurança para caso de invasão inglesa, onde um oficial de prontidão marcharia rumo ao sul da província carregando os cabedais pertencentes ao rei da Espanha, tudo isso movido pela preocupação de que ele fosse capturado⁷. O receio espanhol não é nem um pouco injustificável, já que, desde a assinatura do tratado de Santo Ildefonso de 1796, a Espanha havia definitivamente se alinhado aos interesses franceses, estando desde aquele ano em um conflito declarado com a Inglaterra⁸.

⁷ Esse “protocolo de segurança” espanhol foi colocado em prática diante da invasão inglesa de Buenos Aires em 1806, quando o vice-rei Marques de Sobremonte deixou a cidade rumo a Córdoba, carregando consigo um tesouro avaliado em 9 mil onças de ouro. In: COMISSOLI, Adriano. Ação portuguesa na vigilância de fronteira quando das invasões britânicas ao Rio da Prata (1806 e 1807). Congresso Internacional de História da UFSM: Poder cultura e fronteiras - CIHIS, 1., 2016. Santa Maria. Anais. Santa Maria: UFSM, CCSH, PPGH, 2016.

⁸ O tratado de Santo Ildefonso de 1796 (Não confundir com o tratado preliminar de limites de Santo Ildefonso de 1777) foi um acordo bilateral firmado entre a Espanha e França após o fim das guerras do Exército revolucionário francês contra as tropas da Primeira Coalizão. Este tratado obrigava as partes a defesa mútua em caso de guerra contra a Inglaterra. Ver mais

Nesta conjuntura conflituosa é possível inferir que seria de bom proveito aos espanhóis que uma considerável quantidade de recursos chegasse até Madri. Para isso, era necessário que as embarcações de transporte cruzassem o Atlântico em segurança. Porém, o comprometimento internacional espanhol em um momento de alta belicosidade entre o Estado francês e o inglês, não garantiria o sucesso da travessia. Afirmamos isso tendo em vista o que ocorreu quatro anos após os eventos aqui narrados, em uma situação que envolveu as marinhas espanholas e britânicas:

Em dezembro de 1804, por exemplo, a Inglaterra forçou a Espanha a declarar-lhe guerra e selar sua aliança com a França. O ponto sem retorno deu-se com o ataque inglês, sob comando do almirante Thomas Cochrane, a quatro fragatas espanholas provenientes de Montevideo, no rio da Prata, que transportava o metal precioso que batiza o estuário. Uma das embarcações foi a pique, enquanto as demais foram apresadas e levadas arbitrariamente como botim de guerra para Sua Majestade Britânica com sua carga avaliada em dois milhões de libras esterlinas (COMISSOLI, 2016, p. 117-118).

Durante esses eventos, percebemos que as embarcações espanholas que cruzavam o Atlântico poderiam se tornar alvos prioritários para a marinha inglesa, principalmente se considerarmos o interesse em apresar as suas cargas. Isso nos faz concluir que em 1799, já havia uma preocupação na Corte espanhola com relação aos riscos que as embarcações inglesas no Atlântico ofereceriam aos navios espanhóis. Porém a situação poderia ser diferente se as embarcações que transportassem os cabedais espanhóis fossem de bandeira portuguesa.

Como citado anteriormente, Portugal havia estabelecido desde o início do século XVIII uma relação de aliança com a Inglaterra, e mesmo que no ano de 1799 o país não tenha marcado posição no conflito em vigor na Europa, declarando-se neutro, eram ainda fortes os laços portugueses com os ingleses. Desse modo, suas embarcações possuíam livre trânsito por um Atlântico dominado pelos navios britânicos, privilégio que não estava disponível à Espanha em razão da sua aliança com o Estado francês. Sendo assim, inferimos que é muito possível que a solicitação espanhola de embarcações de bandeira portuguesa para transportar os cabedais do rio da Prata até a Europa fosse motivada pelo receio de perder essa carga para navios ingleses. Havia maior risco caso o transporte fosse feito por embarcações de bandeira espanhola. Esta hipótese demonstra que a missão de Joaquim Xavier Curado partiu de uma negociação que já possuía em seu cerne um caráter secreto e, mais do que isso, representava uma tentativa de aproximação diplomática portuguesa com a Espanha em detrimento de uma aliança inglesa.

Outro fator importante que merece destaque, é que esta ação representou uma violação portuguesa de sua própria política de neutralidade. Segundo Novais (1981), a estratégia diplomática portuguesa durante o correr do século XVIII obedecia a uma certa circularidade de ações que culminariam na aliança inglesa. Mais especificamente, Novais defende a tese de que as relações internacionais de Portugal seguiam uma clara linha de conduta. Havia durante este século uma tendência procedural em manter um status de neutralidade pelo maior período

possível de tempo e, por fim, optava-se pelo alinhamento incondicional com a Inglaterra. A aliança Inglesa possibilitava um precioso salvo conduto para a manutenção dos espaços coloniais, e em especial, o Brasil.

Por sua vez, a existência de uma tratativa como a exposta acima, demonstra que não havia incondicionalidade nas relações entre Portugal e Inglaterra, mas sim, houve pelo menos em algum momento, a intenção de auxiliar a Espanha e isolar a Inglaterra, ou seja, a troca de posicionamento no espectro político europeu não se restringiu apenas no campo das ideias, ocorrendo um movimento institucional nessa direção. A política de neutralidade portuguesa torna-se assim muito mais pluridimensional do que um ente fixo e intransigível, podendo ser manejada a medida em que os interesses momentâneos indicavam⁹. A participação do vice-rei do Brasil e do secretário de Estado da Marinha e dos negócios do Ultramar reforçam a percepção de que essa ação ocorreu de forma oficial, envolvendo altas esferas governamentais portuguesas.

A missão de Xavier Curado em 1799 ganha assim uma camada ainda mais profunda: fazia parte de uma trama que envolvia os esforços de missões diplomáticas, os acordos de cooperação entre os Estados, as ações de espionagem e busca por inteligência sensível, bem como por medidas de precaução frente às incertezas que marcavam as relações entre os grandes impérios coloniais do período. A ida do militar ao Prata já estava investida de segredos e articulações, antes mesmo da operação se transformar em espionagem.

Planos dentro de planos: A operacionalidade de Joaquim Xavier Curado dentro de uma ação dissimulada

Até o momento, identificamos a existência de uma tratativa que buscava aproximar o governo português da Espanha, afastando-o da Inglaterra, o que esclarece um pouco mais essa peculiar operação de espionagem empreendida pelo governo português. Entretanto, nos resta ainda compreender algumas questões a respeito da missão: Como ela foi realizada? O que levou a situação de uma tentativa de aproximação para uma missão de espionagem? A resposta para

⁹ Vale complementar que a noção de neutralidade era sentida distintamente em diferentes partes do império. No trabalho realizado por Adilson Brito(2015), é possível notar como em alguns aspectos as relações de poder locais se sobrepunham as determinações estabelecidas no gabinetes europeus. No caso apresentado por Brito, é descrita que a Corte Portuguesa, em meio aos conflitos independentistas na América espanhola no início do século XIX, optou por declarar neutralidade. Por sua vez, as autoridades militares na porosa fronteira do Rio Negro, optaram por agir de uma forma diferente, colocando fatores como “amizade”, “consideração”, “companheirismo” e outros elementos construídos a partir de redes de relações locais, a frente de determinações régias. Mais informações em: BRITO, Adilson J. I.. Diplomacia transfronteriza em tempos de revolução: el Alto Río Negro iberoamericano, 1815-1820. **Procesos: revista ecuatoriana de história**, n. 41, (enero-junio 2015), p. 132.

esta pergunta já foi indicada acima: o governo português tinha a preocupação de que o pedido de empréstimo espanhol fosse na verdade uma armadilha.

José Luís de Castro, Conde de Resende, ao responder Dom Rodrigo, disse que informantes teriam despachado para Lisboa a informação de que uma esquadra de guerra havia deixado o porto espanhol de Cádiz, e a preocupação principal dos lusitanos era o risco que essas embarcações poderiam causar aos navios portugueses em movimento, ou até mesmo a própria cidade do Rio de Janeiro, visto que com a saída daqueles navios, teria suas defesas enfraquecidas. O contexto internacional e as próprias relações conflituosas entre ambas as cortes colaboravam para esse pensamento, pois mesmo buscando um alinhamento eventual a Espanha, o governo lusitano estava ciente da complexa conjuntura em que se encontrava e dos riscos eminentes de um conflito aberto.

A solução encontrada foi enviar um emissário à região platina para certificar se as informações que haviam chegado até Lisboa eram verdadeiras, e assim obter vantagens para a negociação a respeito do empréstimo das embarcações. Como já indicado, o oficial selecionado foi Joaquim Xavier Curado. Devemos destacar que as suas instruções iam além da tarefa de verificar se as embarcações espanholas estavam se dirigindo para a região. Segundo o Conde de Resende, o militar também deveria:

[...] examinar se há embarcações de guerra quantas são e sua força distintamente: A quanto tempo ali se acham e se efetivamente se conservarão naqueles portos ou se há alguns que de novo viajem e quando chegarão. Se esperam mais alguns da Europa quantos são e a sua força e, em que tempo pouco mais ou menos poderão chegar e se com a sua chegada se destinarão para a Europa algum das quais ali se acham, ou se todas deverão ficar existindo no sobredito rio. Do mesmo modo, deve averiguar se fora dos portos andam algumas embarcações de guerra e quantas são e sua força. Da mesma forma examinará as fortificações que há e o estado de sua artilharia, as suas guarnições e os portos em que se acham tudo com a maior distinção e clareza que seja possível. Suas quantidades de tropas assim de infantaria, artilharia e cavalaria como de milicianos, e o estado da sua disciplina detalhando distintamente o número do dito Corpo. Igualmente deve averiguar que número de pessoas se poderão ajuntar em cada uma das fortificações, ou portos quanto seja preciso. Se há notícia de que se espera vir da Europa mais alguns regimentos e se com a chegada deste se destinarão outros ou se ficarão todos ali existindo. E finalmente tudo o mais que possa ocorrer para completa e satisfatória deste importante objeto (AHU-RJ, cx. 175, doc. 12872).

O Conde de Resende — seguindo as determinações de D. Rodrigo de Sousa Coutinho — ampliou o leque de objetivos do oficial e o orientou na busca de todo o tipo de informação estratégica que poderia auxiliar o governo português em caso de um conflito aberto com a Espanha. O primeiro trecho da citação acima refere-se às suspeitas portuguesas com relação à esquadra de Cádiz, sendo solicitada ao agente a confirmação ou não, de que as embarcações estariam na região ou a caminho dela. Já o segundo e terceiro objetivos de Curado fazem alusão às instalações de defesa espanholas e às tropas assentadas no rio da Prata, bem como do nível de qualificação destes regimentos. Os objetivos destas informações não são descritos em

nenhuma das correspondências analisadas, mas, como podemos ver na citação abaixo, Curado deveria acumular dados que seriam úteis em diversas situações:

Logo que entrar no País a que se dirige, deve, com a maior cautela e segredo, tomar sobre o Rio da Prata o estado dos seus portos e **todos os conhecimentos que for possível conseguir** a fim de adquirir todas as noções necessárias a qualquer projeto (AHU-RJ, cx. 175, doc. 12872).

Assim, a missão de Xavier Curado deveria prevenir as autoridades portuguesas de uma ocasional concentração de forças espanholas que poderia trazer riscos em um conflito próximo, bem como facilitar futuras intervenções portuguesas na região. Azevedo (2002) reafirma este segundo ponto, alegando que os dados obtidos por Xavier Curado possibilitariam uma entrada segura de tropas portuguesas na Bando Oriental em intervenções no século XIX, como a ocorrida em 1811. A coleta dessas informações extras vai ao encontro de uma perspectiva de que a informação era utilizada pelos governos não apenas para um uso imediato, mas sim para compor um repositório estratégico que os auxiliava na tomada de decisões futuras¹⁰. A negociação entre portugueses e espanhóis acabou se tornando um momento oportuno para ampliar esse repositório estratégico.

Como exposto, os objetivos eram diversos e bem específicos, e as recomendações do vice-rei não se restringiram aos desígnios que Curado deveria buscar, mas também aconselhavam sobre a postura que o militar deveria assumir em território estrangeiro:

No País a que se destina deve evitar todas as ocasiões de figurar, ou de apresentar, procurando por em prática todos os meios imagináveis para manter o seu disfarce e para este fim será muito conveniente dizer somente que é um oficial de quem se faz toda a confiança e que lhe encarregou a entrega daquele ofício, ocultando a sua graduação. Igualmente será muito útil não andar efetivamente fardado, nem também vestido sempre de particular, mas conservar nesta parte uma regularidade, que ao mesmo tempo que consiga o seu disfarce e evite toda ocasião de suspeita e desconfiança (AHU-RJ, cx. 175, doc. 12872).

É interessante ressaltar a preocupação do Conde de Resende com relação ao caráter secreto da missão: o lembrete a Curado de ocultar a sua graduação se deve ao fato de que um oficial de baixa patente atuando como um emissário levantaria menos suspeitas que um militar mais graduado. Vemos, ainda, que a atenção do vice-rei se aplicava até a forma de vestimenta utilizada pelo tenente-coronel diante dos espanhóis. As preocupações do Conde de Resende relacionavam-se ao impacto negativo que uma missão desta natureza poderia representar caso fosse descoberta neste panorama conflituoso, principalmente se considerarmos de onde partiu a iniciativa de espionar: o gabinete governativo português.

As orientações do Conde de Resende não se limitaram ao emissário especial. O vice-rei contactou outras autoridades portuguesas que poderiam auxiliar Xavier Curado em sua missão, tal como o governador da ilha de Santa Catarina, João Alberto de Miranda Ribeiro, o governador

¹⁰ Essa concepção é perceptível a partir do estudo de trabalhos recentes de Adriano Comissoli e de Sola Castaño (2015).

do Continente de Rio Grande de São Pedro, Sebastião Xavier da Veiga Cabral de Câmara e o enviado especial em Buenos Aires, José Vicente de Velasco Molina (AHU-RJ, cx. 175, doc. 12872 [anexo 4]). No que diz respeito a este último, é interessante realizarmos alguns apontamentos. O Brigadeiro José Vicente de Velasco Molina, ocupava, desde o ano de 1778, a posição de enviado especial português em Buenos Aires para intermediar as tratativas a respeito do Trado Preliminar de Limites de 1777, também conhecido como tratado de Santo Ildefonso¹¹. As orientações enviadas pelo Conde de Resende à Molina, em 28 de julho de 1799, demonstram que o brigadeiro foi ordenado a informar a Curado sobre “todas as noções que pela sua longa assistência nessas partes possa ter adquirido desse país” (AHU-RJ, cx. 175, doc. 12872 [anexo 6]). Ou seja, deveria este enviado diplomático suprir o recém-chegado com todas as informações possíveis que ele havia adquirido nos mais de vinte anos de residência em Buenos Aires, para assim, facilitar alguns objetivos de Curado.

A referência a Velasco Molina nos indica que, as autoridades portuguesas, viam nele uma referência sobre os acontecimentos que ocorriam naquela região. Segundo Malcolm, era esperado que enviados diplomáticos fizessem uso de sua posição para se informar a respeito de determinadas questões, e caso fosse necessário, remetê-las às autoridades superiores em seus despachos regulares (MALCOLM, 2016, p. 279). Em análise preliminar, notamos que Velasco Molina cumpriu essa função durante a rebelião de Tupac Amaru, no ano de 1782, enviando ao Rio de Janeiro informações que chegavam à Buenos Aires acerca das insubordinações no Peru¹², prática essa que pode ter se repetido com regularidade.

Além de contatar as autoridades portuguesas para auxiliar no trajeto e na coleta de informações, o Conde de Resende forneceu a Joaquim Xavier Curado um item que seria o responsável por garantir sua passagem pelo território espanhol: um ofício direcionado ao Vice-Rei em Buenos Aires, Gabriel de Avilés y del Fierro, Duque de Frias e Vieda e Marques de Áviles. Neste ofício, Resende informava que havia recebido ordens de sua soberana para enviar ao rio da Prata embarcações que tinham o objetivo de conduzir os cabedais espanhóis até a Europa. Informou também que estas embarcações, para evitar suspeitas, iriam transitar até a região comboiando navios de comércio, sobre o pretexto de estarem combatendo corsários franceses, ao passo que efetivamente, estavam incumbidos apenas de realizar transporte. O Conde de Resende pediu ainda que informasse o portador do ofício para qual porto as embarcações deveriam se direcionar (AHU-RJ, cx. 175, doc. 12872 [anexo 10]). Em anexo a este documento,

¹¹ O tratado de Santo Ildefonso foi assinado entre as cortes de Espanha e Portugal pondo fim as beligerâncias entre as duas Cortes. O tratado deu início a um longo período de paz entre as monarquias ibéricas, e possuía algumas características, como a criação dos campos neutrais. O tratado de Santo Ildefonso apresentava medidas que deveriam ser tomadas no pós-guerra, como a liberação de prisioneiros e a devolução de materiais bélicos apreendidos. A nomeação de Velasco Molina como emissário em Buenos Aires ocorreu justamente para intermediar estes últimos pontos, mas a permanência do militar na região é estendida no momento em que este personagem passa também a intermediar os preparativos para as atividades demarcatórias do novo tratado.

¹² Mais informações a respeito das ações de José Vicente de Velasco Molina são encontradas em: AHU-RJ, cx. 1808, doc. 9509; AHU-RJ, cx. 116, doc. 9059; AHU-RJ, cx. 118, doc. 9585.

estavam presentes outros dois: a cópia de uma correspondência enviada pela embaixada espanhola em Lisboa ao gabinete português e a ordem de D. João para envio dos navios.

Esse conjunto documental em posse de Joaquim Xavier Curado garantiu o seu status de emissário oficial e, por consequência, o seu trânsito pelas regiões de controle espanhol. Esse ofício, aliado ao interesse da Corte de Madri com o referido transporte, deu carta branca para que nosso personagem circulasse pela região platina e cumprisse os objetivos secretos da sua viagem.

As ações conduzidas pelo Conde de Resende possibilitavam a passagem de Curado pelas povoações do rio da Prata, mas não garantiam o acesso a todas as informações necessárias. Para tanto, Curado necessitava realizar algumas manobras que contaram com certa dissimulação e muitos contatos com as autoridades daquela região.

Joaquim Xavier Curado despachou ao longo do seu caminho diversas cartas ao Rio de Janeiro detalhando sua jornada, o que nos permitiu mapear o seu trajeto. O oficial deixou o Rio de Janeiro no dia 03 de agosto de 1799, em uma embarcação que tinha como destino final a ilha de Santa Catarina. De lá, o militar seguiu por terra até o rio da Prata, cruzando a Banda Oriental pelo chamado caminho do litoral (AHU-RJ, cx. 175, doc. 12872). Uma vez cumprindo seu objetivo inicial, Curado embarcou em um navio em Buenos Aires e retornou ao Rio de Janeiro pelo mar em novembro de 1799.

O militar utilizou os ofícios em sua posse para ser recebido pelas autoridades castelhanas como um enviado que agia em nome de uma importantíssima questão que envolvia ambas as cortes ibéricas, em partes, verdade. Por sua vez, o objetivo principal do militar não consistia em entregar os ofícios que possuía e aguardar o retorno do vice-rei espanhol, mas sim empreender sua missão de espionagem, produzindo um relatório de inteligência bem detalhado. Essa interpretação é reforçada, novamente, pelas palavras do Conde de Resende:

Devo dizer a Vossa Excelência tão bem que das referidas Cartas de que faço menção, e remeto por cópia a Vossa Excelência ele ignorou o seu conteúdo, pois esta dependência é tão delicada que ainda havendo falar em abertura com o emissário na sua comissão pois ele não poderia cumprir quando totalmente a ignorante; sempre julguei lhe deveria ocultar grande parte do negócio que lhe confiava (AHU-RJ, cx. 175, doc. 12872).

Acreditamos, com isso, que Curado foi enviado consciente que deveria entregar as missivas às autoridades específicas no rio da Prata, contudo, sem muitos detalhes a respeito do que elas tratavam. O motivo oficial para seu trânsito em terras espanholas era notificar o vice-rei acerca do acordo entre as Cortes sobre coleta dos cabedais, além de intermediar os tratos acerca dos detalhes de segurança deste transporte. Mas para o tenente-coronel, o conteúdo das cartas era irrelevante, já que o que realmente lhe importava era a análise dos estabelecimentos espanhóis; esta era a sua prioridade, era essa a sua missão, e era sobre isto que deveria garantir o sigilo. O restante das tratativas era do interesse e prioridade dos gabinetes ibéricos. Mas como já reforçado, esse caráter oficial, deu-lhe carta branca para circular pela Banda Oriental, pois como emissário possuía um motivo válido para estar naquela região.

Uma vez em território espanhol, Curado demorou-se mais no forte de Santa Teresa e nas povoações de Maldonado, Montevideu, Buenos Aires e Colônia do Sacramento. Em cada uma destas estadias, o oficial tratou de informar as autoridades locais sobre sua presença na região, notificar o vice-rei do Brasil sobre o andar de sua viagem, abastecer sua comitiva com os insumos básicos e coletar o maior número possível de informações.

A mecânica utilizada pelo tenente-coronel para atingir os seus objetivos, por si só, já resultaria em um artigo a parte. Mas, podemos resumi-la em duas frentes de ação: a primeira, diz respeito à observação e a segunda, ao contato pessoal do agente com oficiais espanhóis. No que diz respeito a observação, Xavier Curado, tratava de registrar todos os elementos que poderiam colaborar para os seus objetivos enquanto circulava pela região. No relatório elaborado por ele, é possível encontramos registros sobre todo o tipo de informação, como listagens de povoações, mapas de tropas e plantas baixas de edifícios.

A possibilidade de observar as povoações visitadas, muito provavelmente, foi levada em consideração pelo vice-rei ao traçar a rota que deveria ser percorrida pelo militar, uma vez que a opção por uma viagem direta por mar do Rio de Janeiro até Buenos Aires, além de recorrente, era mais cômoda e rápida do que o trajeto por terra¹³. Porém, ela não possibilitaria a entrada do oficial nas povoações que ficavam no interior do território e restringiria a forma de o emissário obter informações, isto é, o contato direto com militares e demais autoridades espanholas.

Nas correspondências remetidas ao Rio de Janeiro ou no relatório elaborado pelo oficial, percebemos que Xavier Curado tinha como praxe estabelecer relações de aproximação com militares espanhóis que poderiam fornecer algum complemento a suas observações, ou mesmo informações desconhecidas e que não poderiam ser obtidas de outra forma. Neste ponto, vale recordar o que Robert Darnton indicou ao propor um estudo acerca das notícias e da mídia na Paris do século XVIII, no qual o autor levanta uma série de considerações a respeito do que ele entendia como uma sociedade de informações. O argumento de Darnton, segue uma perspectiva de que toda a sociedade e época se constituiu numa sociedade e época de informações, cada qual ajustada à sua maneira (DARNTON, p. 2001, p. 11). No que diz respeito a sociedade parisiense, Darnton demonstra como as autoridades recorriam a informantes e espiões para identificar os autores de diálogos difamatórios contra o monarca. Para isso, o autor indica como esses agentes tinham o hábito de frequentar os locais públicos da cidade — como praças e tabernas — onde, a partir das relações estabelecidas entre os sujeitos, obtinham todo o tipo de informações. Ele também destaca que as autoridades francesas se utilizaram da oralidade e de diálogos informais para obter informações, rastrear indivíduos injuriosos e mapear a opinião pública. No que tange a nossa pesquisa, podemos estabelecer algumas aproximações entre as

¹³ Na já muito citada correspondência de 12872, de setembro de 1799, Resende justifica a Dom Rodrigo os motivos que o levaram a traçar o trajeto de Curado dessa maneira. Segundo o vice-rei, o trajeto por terra se mostrava mais seguro do que o pelo mar, já que, segundo ele, era notória a presença de corsários franceses pelos mares do sul. Por sua vez, o fato da missão possuir um caráter de espionagem, é provável que Resende tenha considerado que a travessia por terra possibilitaria o contato do emissário com um número muito maior de instalações e espanhóis, o que aumentaria o leque de possibilidades para se obter informações.

táticas utilizadas pelos espões da plebe francesa e as estratégias aplicadas por Joaquim Xavier Curado.

Por ser membro do exército, o emissário possuía conhecimento de uma boa gama de assuntos para socializar-se com os soldados espanhóis, como, por exemplo, a qualidade de determinado regimento ou o número efetivo de tropas assentadas em seu caminho. Não haveria nada de especial em uma conversa desse tipo, já que poderia se tratar apenas da curiosidade de um militar estrangeiro por aquilo que vê. Foi através desses contatos corriqueiros que Curado obteve o maior número de informações, registrando dados obtidos com soldados, oficiais e autoridades espanholas¹⁴.

De toda forma, é importante entender como Xavier Curado abordava seus pares espanhóis para obter informações sensíveis, e para tal, nos é essencial atentar as descrições presentes no relato. A estratégia de Curado fica evidente no trecho em que este se refere às guarnições de Montevideú:

Estão de guarda diariamente 15 soldados e indo eu a parada vários dias com desejo de os ver trabalhar, nunca vi algum outro exercício mais do que carregar as armas e marchar aos seus destinos. Parece incrível a relaxação desta tropa estando de guarda e não fica lugar para censurar os soldados porque os oficiais são os piores. Um tenente com quem me foi necessário contrair uma fingida amizade para colher dele algumas instruções que lisonjeasse o meu intento, vinha jantar comigo estando de guarda [ilegível] em grande distância da minha casa. Fui de noite visitá-lo e o achei metido na cama, como na sua própria casa. Em amizade lhe estranhei este procedimento, respondi-me que entre eles já se não reparava porque todos faziam o mesmo (BN - C.E.H.B. nº 10.822 / 07,3,020 p. 20-21).

Na primeira frase, notamos a ação de Curado em se deslocar até os campos de treinamento para avaliar a eficiência de uma tropa. Esta ação foi tomada pelo militar em várias ocasiões, aparecendo de forma recorrente ao longo do relatório. Vale ressaltar a desaprovação que o oficial manifestara a partir do que observava, por vezes atribuindo a culpa da indisciplina dos soldados ao oficialato. Essa interpretação se deve ao contato do militar português com o indicado tenente espanhol através do estabelecimento de uma amizade dissimulada para ter acesso a informações de interesse da sua missão. Além disso, a realização de visitas e refeições em conjunto, mesmo se tratando de uma prática comum de aval diplomático, foi utilizada para estabelecer conversas e aproximações que, tratavam de assuntos de interesse do oficial português e que possibilitassem a ele recolher inteligência sobre diversos elementos das instalações espanholas.

Esse tipo de contato mais próximo não se limitou apenas aos oficiais com patentes mais baixas; Xavier Curado relatou encontros até mesmo com oficiais de alta patente:

¹⁴ Esse tipo de contato é observado em todas as seções do relatório; as informações obtidas no forte de Santa Teresa, por exemplos, foram coletadas a partir de diálogos com o comandante da instalação militar Francisco Lucero. Já nas seções acerca de Buenos Aires e Maldonado é comum Curado citar que obteve determinada informação com “oficial de confiança” ou através de expressões como “os espanhóis falam a respeito...”.

Todas as Tropas pagas e Milicianas destacamentos, guardas e patrulhas de ambos as campanhas ao Norte, Sul do Rio da Prata, estão sujeitas a deposições e direção do Inspetor Geral com Patente de Brigadeiro o Marques de Sobremonte em que os espanhóis estabelecem e findam todas as suas esperanças nas empresas militares; não tem residência certa por agora. Eu o encontrei em Buenos Aires e o deixei depois em Montevideo em intenção de visitar os destacamentos e guardas da Campanha do Norte (BN - C.E.H.B. nº 10.822 / 07,3,020 p.10).

Assim, constatamos que os encontros de Joaquim Xavier Curado permitiram o acesso ao grande oficialato espanhol, que possibilitou a extração de informações utilizadas para avaliar as guarnições militares dos Reis Católicos no rio da Prata. Nossa percepção sobre isso pode ser reforçada por outra passagem do relatório na qual o oficial afirma ter tido conhecimento de que nenhuma embarcação europeia se dirigia ao Prata diretamente com o vice-rei daquela província.

O contato envolvendo autoridades dos dois lados de uma fronteira e a troca de informações entre elas não é uma exclusividade da operação na qual concentramos o nosso estudo. Em trabalhos elaborados por Carlos Augusto Bastos (2013) e Adilson Brito (2015), notamos como era comum a troca de informações e a construção de laços pessoais entre diferentes oficiais de ambas as coroas. Sendo partidas, espíões, ou emissários diplomáticos, a informação circulava intrinsecamente através dessas relações de proximidade, estabelecendo uma rede de comunicações que se estendiam até outras esferas de poder por meio de redes hierárquicas. Essas informações, coletadas por uma infinidade de agentes coloniais, eram anexadas a outros meios como pareceres de governadores ou ministros, para assim compor a esfera de decisão do império português.

A operação empreendida por Xavier Curado no ano de 1799 é sem dúvida um exemplo particular de como as autoridades portuguesas se utilizavam de agentes para projetar sua soberania sobre determinada região, mas também não é o único exemplo. Mariana Milbradt Correa (2017, p. 57), indicou em sua dissertação de mestrado outro militar que serviu como emissário em nome do governo português: em 1811, José de Abreu foi enviado a província espanhola do Paraguai para interceder em nome da Princesa Carlota Joaquina contra os rebeldes de Buenos Aires. Em troca da ajuda militar portuguesa conta as tropas portenhas, a Corte exigia dos paraguaios o reconhecimento da esposa de D. João a Coroa espanhola e todos os seus domínios. A missão de Abreu, se aproxima de outra operação realizada por Curado no rio da Prata, em 1808¹⁵. Ela demonstra que a escolha desse militar se dá devido a Abreu possuir

¹⁵ No ano de 1808, Joaquim Xavier Curado foi enviado mais uma vez até o rio da Prata, seguindo um roteiro muito parecido com a operação de 1799. O militar deveria fazer as vezes de um emissário especial que intermediária, junto ao *Cabildo* de Buenos Aires, ações para regular o comércio com aquela região uma vez que diversas mudanças no quadro político e social estavam acontecendo, como a prisão de Fernando VII da Espanha e a transferência da família real portuguesa para o Brasil. Por sua vez, o real motivo para o militar estar naquela povoação era tentar os membros do *Cabildo* para uma eventual união a coroa portuguesa, além de analisar as defesas espanholas e possíveis cenários caso ocorresse uma invasão lusa na região. Percebe-se que o projeto Carlotista flui por meio desses agentes, tais como José de Abreu e Xavier Curado. Mais informações: AZEVEDO, Francisca Nogueira. Dom Joaquim Xavier Curado e a

uma rede de contatos que não respeitava fronteiras, se estendendo até o Paraguai. Dessa forma, a corte lusitana esperava, ao enviá-lo, que ele fizesse uso desses contatos para intervir em nome do império português (CORRÊA, 2017, p. 59).

Esses elementos nos permitem pensar que a escolha de Xavier Curado se deu por motivos similares, isto é, a expectativa que o tenente-coronel estabelecesse relações com os oficiais militares espanhóis. Caso não tivesse êxito na tarefa, poderia se valer dos contatos de outro português destacado na região, como o brigadeiro José Vicente de Velasco Molina, e poderia mobilizá-los para o cumprimento da missão.

As missões de Xavier Curado em 1799 e 1808, o caso de José de Abreu em 1811, e as situações apontadas por Carlos Augusto Bastos (2013) e Adilson Brito (2015), demonstram que a troca de informações e a projeção de influência portuguesa estava intrinsicamente associada a ação desses agentes em áreas de fronteira e disputa de soberania, que atuavam em nome da Corte.

Considerações Finais

A missão de Joaquim Xavier Curado ocorrida em 1799 é sem dúvida um evento particular que possuía várias camadas e elementos de análise, e nesse trabalho, buscamos sintetizar e ponderar algumas dessas características. Percebemos, em primeiro lugar, que a missão de espionagem foi um desdobramento de uma operação elaborada pelos gabinetes ibéricos para permitir que os espanhóis, transportassem a própria prata em embarcações portuguesas até a Europa, burlando os navios ingleses e evitando ações de apresamento da carga. Esse movimento expõe que Portugal esteve, efetivamente, agindo em defesa dos interesses de seu vizinho ibérico, mesmo significando uma oposição à aliança inglesa, além de descumprir a política de neutralidade. Por sua vez, esta política aparenta ser algo manobrável, não uma ideia fixa e imutável. Em outras palavras, a neutralidade portuguesa poderia ser manejada, ou seja, havia um movimento governativo que tinha o interesse de vender a bandeira da neutralidade para as potências beligerantes e a comunidade europeia, mas por outro lado, secretamente, poderia haver ações que romperiam com essa política, tudo dependeria das situações e do ator envolvido. Portugal mobilizava sua neutralidade por conveniência, calculando os riscos e os ganhos de suas ações.

No fim das contas, o auxílio português a Espanha demonstra que estes Estados só estavam buscando sobreviver em meio a conflito geopolítico que não lhes pertencia, mas essa fraternidade momentânea não apagou séculos de conflitos e desconfianças. A virada nessa operação se dá no momento em que as autoridades lusitanas passam a desconfiar das reais intenções dos espanhóis, o que acrescenta mais uma camada a esse panorama, adicionando uma operação de espionagem ordenada diretamente pelo gabinete do Príncipe Regente. A

política bragantina para as províncias platinas (1800-1808). *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 161-183.

missão tinha o objetivo de confirmar certas informações que chegaram até Lisboa, mas foi acrescido a isso uma série de orientações que buscavam manter um repositório de dados para qualquer que fosse as ações futuras. As circulações do oficial pela região, o que possibilitou maior liberdade para a coleta de informações, só foi possível devido a existência anterior de negociações envolvendo Espanha e Portugal, conferindo assim uma justificativa plausível para a presença de Joaquim Xavier Curado na região platina.

No que toca à mecânica utilizado pelo emissário, notamos que a principal base para a espionagem residia nas relações pessoais construídas – ou já existentes – por ele ao longo de sua trajetória, mas também no uso da simulação e da dissimulação. O contato com militares, autoridades e demais residentes da região, possibilitou a Curado ter acesso a todo o tipo de dado que foi coletado e compilado por ele em seu relatório. As relações pessoais construídas por agentes com autoridades espanholas eram comuns e amplamente utilizadas por Portugal para movimentar seu império e consolidar seus interesses. A escolha de Curado para desempenhar a tarefa só ocorre porque ele já havia se mostrado capaz de realiza esse tipo de ação em empregos anteriores. O vice-rei do Brasil, Conde de Resende, ao anunciar a Dom Rodrigo quem fora escolhido para essa operação, comentou que Xavier Curado possuía a experiência e a dissimulação necessárias para empreender tal intento. Essas características ficam muito claras quando esse oficial militar expõe nas seções do relatório as formas pelas quais obteve toda sorte de informações.

Com relação às negociações em torno do transporte dos cabedais, Dom Rodrigo expôs em sua correspondência que o segredo em torno do acordo realizado entre Espanha e Portugal foi rompido, e, devido a isso, a operação teve que ser suspensa (AHU-RJ, cx. 175, doc. 12872 [anexo 2]). Infelizmente, não tivemos acesso aos documentos que descreviam de forma mais precisa os motivos desta suspensão, nem como a operação foi exposta e para quem. Essa mesma missiva deixava entendido que o vice-rei do rio da Prata não estava de acordo em receber as embarcações portuguesas no território sob sua jurisdição. O que sabemos em definitivo é que, neste contexto, o transporte português dos cabedais hispânicos não aconteceu.

Por sua vez, a missão rendeu diversos frutos para Curado e foi muito bem recebida pela Corte portuguesa. Segundo D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Príncipe Regente mostrou satisfação com os resultados da missão, com aquele “hábil oficial desempenhando devidamente uma comissão tão melindrosa, e de tanto segredo” (AHU-RJ, cx. 177, doc. 13010). O sucesso da operação foi um passo a mais de Xavier Curado na direção de uma grande nomeação na esfera administrativa portuguesa. Já no ano de 1800, o militar foi escolhido como governador da Ilha de Santa Catarina, em substituição a João Alberto de Miranda Ribeiro, nomeação esta que pode estar diretamente relacionada a missão de 1799.

O relatório elaborado por Curado possivelmente foi de grande proveito para os portugueses. Infelizmente, não conseguimos referências que apontassem quais situações as informações foram utilizadas. Contudo, a partir do que indicam alguns autores, podemos afirmar que houve o uso dos dados dessa missão em movimentos portugueses que ocorreram durante o século XIX. Fernando Camargo (2001) cita um documento de 1801, no qual o vice-rei do Brasil

elaborou um vasto plano de ataque à praticamente todas as posições espanholas vizinhas de Portugal, objetivando a conquista de povoações, especialmente ao sul. Muito provavelmente, o relatório de Curado foi utilizado como ferramenta de consulta para este plano, uma vez que era uma fonte de dados bastante completa e recente. Por outro lado, Francisca Azevedo (2002) descreve que o próprio Joaquim Xavier Curado estava sediado na capitania de Santa Catarina para elaborar um plano de ataque às províncias espanholas. Em pesquisa preliminar feita no *Arquivo Público de Santa Catarina*, não encontramos nada que endossasse esta tese, além do mais, a autora deixa a entender que o relatório foi elaborado a partir de intervenções realizadas por Curado durante o período em que ele foi governador. Entretanto, como foi possível evidenciar no decorrer deste trabalho, os dois eventos ocorreram um posterior ao outro.

De todo modo, podemos concluir que a viagem rendeu frutos, tanto para Curado, quanto para a Coroa portuguesa, sendo que os que saíram perdendo foram os espanhóis que, além de serem espionados, viram suspenso o transporte português de seus cabedais. Em uma operação que possuía um caráter oficial e outro secreto, notamos o sucesso do segundo. Já de sua condição oficial, nada se resultou.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias – Biblioteca Nacional: Projeto Resgate Barão do Rio Branco

AHU-RJ, cx. 116, doc. 9059 - Ofício enviado pelo vice-rei do Brasil, Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão d'Eça e Melo Silva Mascarenhas ao Secretário, Martinho de Melo e Castro, datado de 09 de dezembro de 1778.

AHU-RJ, cx. 118, doc. 9585 - Ofício enviado pelo vice-rei do Brasil, Luís de Vasconcelos ao Secretário, Martinho de Melo e Castro, datado de 15 de janeiro de 1782.

AHU-RJ, cx. 175, doc. 12872 - Ofício enviado pelo vice-rei do Brasil José Luís de Castro ao Secretário D. Rodrigo de Souza Coutinho, datado de 22 de setembro de 1799.

AHU-RJ, cx. 175, doc. 12872 (anexo 04) – Ofício enviado pelo Vice-rei do Brasil, José Luís de Castro ao governador da ilha de Santa Catarina, Alberto de Miranda Ribeiro, datado de 07 de junho de 1799.

AHU-RJ, cx. 175, doc. 12872 (anexo 05) - Instruções para o tenente-coronel Joaquim Xavier Curado, anexada a um ofício de 22 de setembro de 1799 enviado pelo vice-rei do Brasil José Luís de Castro ao Secretário D. Rodrigo de Souza Coutinho.

AHU-RJ, cx. 175, doc. 12872 (anexo 1) - Ofício enviado pelo vice-rei do Brasil José Luís de Castro ao Secretário D. Rodrigo de Souza Coutinho, datado de 11 de junho de 1799.

AHU-RJ, cx. 175, doc. 12872 (anexo 10) - Ofício enviado pelo vice-rei do Brasil José Luís de Castro ao Vice-Rei do Rio da Prata, Marquês de Avilés, datado de 28 de julho de 1799.

AHU-RJ, cx. 175, doc. 12872 (anexo 2) - Ofício enviado pelo ao Secretário Rodrigo de Souza Coutinho para o Vice-rei do Brasil, José Luís de Castro, datado de 19 de setembro de 1800.

AHU-RJ, cx. 175, doc. 12872 (anexo 3) - Ofício enviado pelo vice-rei do Brasil José Luís de Castro ao governador da Capitania de Rio Grande de São Pedro, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, datado de 28 de setembro de 1799;

AHU-RJ, cx. 175, doc. 12872 (anexo 6) - Ofício enviado pelo vice-rei do Brasil José Luís de Castro ao brigadeiro Vicente José de Velasco Molina, datado de 28 de setembro de 1799.

AHU-RJ, cx. 177, doc. 13010 - Ofício enviado pelo Secretário D. Rodrigo de Souza Coutinho do Brasil ao vice-rei José Luís de Castro, datado de 08 de março de 1800.

AHU-RJ, cx. 1808, doc. 9509 - Ofício enviado pelo vice-rei do Brasil, Luís de Vasconcelos ao Secretário, Martinho de Melo e Castro, datado de 10 de agosto de 1781.

Archivo Histórico Nacional, ESTADO, 3370, Exp.15.Nº1 - Tratado de Alianza ofensiva y defensiva con la República Francesa.

Biblioteca Nacional, C.E.H.B. nº 10.822 / Manuscritos - 07,3,020-021 - Informações sobre a povoação, e forças dos estabelecimentos espanhóis de Buenos Aires, Montevideu, São Fernando ou Maldonado Novo, e Colônia.

Bibliografia:

AZEVEDO, Francisca Nogueira. Dom Joaquim Xavier Curado e a política bragantina para as províncias platinas (1800-1808). **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 161-183, dezembro 2002.

BASTOS, C. A. Demarcação de Limites e circulação de informações em um espaço fronteiriço. A província: a província de Maynas e a Capitania do Rio Negro em fins do século XVIII. In. BRITO, A. J. I.; ROMANI, C.; BASTOS, C. A. (orgs.) **Limites Fluentes**. Fronteiras e identidades na América Latina (séculos XVIII-XIX). Curitiba Editora CRV, p. 203-224, 2013.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRITO, Adilson J. I. Diplomacia transfronteiriça em tempos de revolução: el Alto Río Negro iberoamericano, 1815-1820. **Procesos: revista ecuatoriana de história**, n. 41, p. 109-139, enero-junio 2015.

CAMARGO, Fernando. **O Malón de 1801**. A Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional. Passo Fundo: Clio, 2001.

CARDIM, Pedro; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A centralidade da periferia: Prata, contrabando, diplomacia e guerra na região platina (1638-1806). **História, histórias**. v. 1, n. 1, 2013.

CARDIM, Pedro. Nem tudo se pode escrever. Correspondências diplomática e informação política em Portugal durante el signo XVII. **Cuadernos de Historia Moderna**. Anejos. Año IV, p. 95-128, 2005.

COLVERO, Ronaldo Bernardino. **“Bajo su Real Protección”** as relações internacionais e a geopolítica portuguesa na região do Rio da Prata (1808-1812). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

COMISSOLI, Adriano. Ação portuguesa na vigilância de fronteira quando das invasões britânicas ao Rio da Prata (1806 e 1807). **Congresso Internacional de História da UFSM: Poder cultura e fronteiras - CIHIS**, 1., 2016. Santa Maria. Anais. Santa Maria: UFSM, CESH, PPGH, 2016.

_____. Bombeiros, espias e vaqueanos: agentes da comunicação política no sul da América portuguesa (Rio Grande de São Pedro, sécs. XVIII-XIX). **Revista de Índias**, vol. LXXVIII, n. 272, p. 113-146, 2018.

_____. Soberania em território alheio: comandantes e espões ibéricos nas fronteiras da América, séculos XVIII e XIX. **Revista Almanack**, 2021.

CORRÊA, Mariana Milbradt. **Fronteira Aberta: a construção social do poder de um potentado no Rio Grande de São Pedro (1750-1830)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

DARNTON, Robert. Uma precoce sociedade de informações. As notícias e a mídia em Paris do século XVIII. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 25, p. 9-51, 2001.

HERZOG, Tamar. **Fronteiras da Posse**: Portugal e Espanha na Europa e na América. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

KÜHN, Fábio; COMISSOLI, Adriano. Administração na América portuguesa: a expansão as fronteiras meridionais do império (1680-1808). **Revista de História**, n. 169, p. 53-81. jun/dez, 2013.

- KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. 4 ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.
- LAGO, Laurêncio. **Brigadeiros e generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil**. Dados biográficos, 1800-1831. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, p. 83-84, 1941.
- MALCOLM, Noel. **Agentes del Imperio**. Caballeros, corsarios, jesuítas y espías en el Mediterráneo del siglo XVI. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2016.
- NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.
- OLIVEIRA MARQUES, A.H. **História de Portugal**: Desde os tempos mais antigos até à presidência do Sr. General Eanes. Vol. II. 10 ed. Lisboa: Palas Editores, 1984.
- POMBO, Nívia. **O palácio de Queluz e o mundo ultramarino**: circuitos ilustrados. Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2013.
- SOLA CASTAÑO, Emílio. Detrás de las apariencias. Información y secreto en el Mediterráneo clásico del siglo XVI. In: SOLA CASTAÑO, Emílio; VARRIALE, Gennaro (orgs.). **Detrás de las apariencias. Información y espionaje (siglos XVI-XVII)**. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá - Servicio de Publicaciones, 2015.

Artigo recebido em 11/01/2021 e
aprovado para publicação em 05/05/2021